

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de SENA

1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0324303-4
AGRAVANTE: FLORIDA ALIMENTOS LTDA. - SPETTUS BOA VIAGEM
AGRAVADO: VIA CASH FOMENTO MERCANTIL LTDA.
RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA. POSSIBILIDADE. CONHECIMENTO DO RECURSO SUBJACENTE. QUESTÃO EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS OBJETIVOS, ESSENCIAIS À DESPERSONIFICAÇÃO. RECURSO PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

1. Analisando-se melhor a questão de fundo do litígio, verifica-se que o caso em tela merece a tutela jurisdicional almejada, eis que a agravante comprova nos autos que não há mais atos processuais a serem praticados para ver satisfeito o seu crédito, razão pela qual a não concessão da supramencionada liminar ensejará, indubitavelmente, a frustração definitiva da execução.

2. Além do mais, por se tratar de questão cuja controvérsia gira em torno da aplicabilidade de um instituto que requer extrema cautela, a aplicação do art. 557 do CPC, não se torna, em verdade, a medida mais viável.

3. Não obstante, trata-se de caso de aplicação da teoria julgamento *per saltum*, constante no disposto do art. 515, §3º do CPC, sendo possível lançar mão de uma aplicação análoga para conhecer do mérito do agravo de instrumento subjacente, eis que a causa se encontra madura para julgamento, sendo desnecessária qualquer dilação probatória por versar de questão exclusivamente de direito, razão pela qual entendo por levar o recurso a julgamento pela Egrégia 1ª Câmara Cível, em homenagem ao princípio da efetividade e da celeridade processual.

4. Em linhas gerais, a desconsideração da personalidade jurídica é expediente que permite, diante da ocorrência de fraude ou cometimento de abuso por meio de pessoa jurídica, afastar sua autonomia patrimonial para se responsabilizarem direta e pessoalmente os sócios por uma obrigação que, em origem, era da sociedade.

5. Em que pese o embate entre as teorias pré-normativistas e as normativistas, é fato que hoje a pessoa jurídica não pode ser concebida apenas como realidade preexistente. Com a constituição da pessoa jurídica, a titularidade das relações negociais passa a ser própria, estabelecendo-se os mais diversos vínculos jurídicos em nome do próprio ente moral. Também no plano processual se percebe o reflexo da personalização, já que a titularidade processual passa a ser da pessoa constituída, e não dos sócios constituidores.

6. Na realidade, o intuito da separação de patrimônios é o investimento dos sócios na sociedade, pois, estas, conforme muito bem salientado pelo Juízo *a quo*, exercem, de fato, relevante papel para o desenvolvimento de um país.

7. Por outro lado, tal separação patrimonial pode dar azo a finalidades desviadas, maculada por vícios de conduta, em que um agente mal intencionado, ciente da guarida legal que lhe dada, quanto a sua responsabilidade, passa a atuar de má fé. Daí a possibilidade de impedir o uso



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



da própria lei como lacuna legal para a prática de atos ilícitos, através do instituto da despersonalização.

8. Nesse contexto, a desconsideração, como dito antes, incide somente quando houver comprovado abuso da personalidade jurídica. Nesse sentido a lição de Rubens Requilão, para quem *"a personalidade jurídica não constitui um direito absoluto, mas está sujeita e contida pela teoria da fraude contra credores e pela teoria do abuso de direito"*.

9. No caso dos autos, a emissão de títulos de crédito infundados, isto é, oriundos de relação jurídica nunca dantes existente, além do inadimplemento do débito decorrente da condenação a título de danos imateriais e a ausência de bens em nome da empresa me leva a concluir estarem as intenções da executada, ora agravada, um tanto obscuras, e a ausência de funcionamento da empresa em sua própria sede, não obstante constar do seu status a situação "ATIVA", é fato suficiente para se comprovar a sua dissolução irregular.

10. Por tais motivos, outra medida não resta senão a desconsideração da personalidade jurídica da Cash Fomento Mercantil Ltda., passando, então, a responsabilidade pelos atos praticados aos sócios, a Sra. Rejane Matos Oliveira e o Sr. David Barros de Matos.

11. Agravo legal provido.

12. Decisão por maioria de votos.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 03 de junho de 2014 por maioria de votos, para dar provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, 01 de junho de 2014 (data da lavratura).


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0324303-4
AGRAVANTE: FLORIDA ALIMENTOS LTDA. – SPETTUS BOA VIAGEM
AGRAVADO: VIA CASH FOMENTO MERCANTIL LTDA.
RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

RELATÓRIO E VOTO

Trata a hipótese de Recurso de Agravo interposto por **FLORIDA ALIMENTOS LTDA. – SPETTUS BOA VIAGEM**, inconformada com os termos de decisão terminativa, por intermédio da qual esta Relatoria negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento nº 0324303-4.

No recurso subjacente, a parte agravante pleiteara a desconsideração da personalidade jurídica da empresa agravada, diante da sua total inadimplência e inércia quanto à execução da sentença prolatada na *Ação de Cumprimento de Sentença* NPU 012399-68.2009.8.17.0001.

Irresignado, o agravante aduz que há necessidade de reconsideração do Relator, pois, caso contrário, a não concessão da liminar perseguida terá como principal consequência o prejuízo da execução, principalmente porque não haverá outro momento no processo para que se possa obtê-la, uma vez que nenhum ato processual restará para ser realizado.

É o relatório.

Passo a proferir em sucessivo o meu **voto**:

Deveras, analisando melhor a questão de fundo do litígio, verifico que o caso em tela merece a tutela jurisdicional almejada, eis que a agravante comprova nos autos que não há mais atos processuais a serem praticados para ver satisfeito o seu crédito, razão pela qual a não concessão da supramencionada liminar ensejará, indubitavelmente, a frustração definitiva da execução.

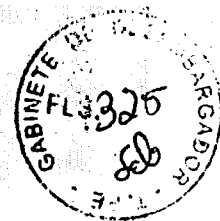
Além do mais, por se tratar de questão cuja controvérsia gira em torno da aplicabilidade de um instituto que requer extrema cautela, a aplicação do art. 557 do CPC, não se torna, em verdade, a medida mais viável.

15



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Por tais razões, entendo por acolher as razões do agravo, o que faço doravante.

Não obstante, anoto ser o caso de aplicação da teoria julgamento *per saltum*, constante no disposto do art. 515, §3º do CPC, lançando-me mão de uma aplicação análoga para conhecer do mérito do agravo de instrumento subjacente, eis que a causa se encontra madura para julgamento, sendo desnecessária qualquer dilação probatória por versar de questão exclusivamente de direito, razão pela qual entendo por levar o recurso a julgamento pela Egrégia 1ª Câmara Cível, em homenagem ao princípio da efetividade e da celeridade processual.

Pois bem.

Consoante antedito, trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da 30ª Vara Cível da Comarca de Recife que, nos autos da *Ação de Cumprimento de Sentença* NPU 012399-68.2009.8.17.0001, indeferiu a liminar ali pleiteada no sentido de determinar a desconsideração da personalidade jurídica do ora agravado.

Na ação subjacente a este agravo, a empresa Flórida Alimentos Ltda. intentou uma "*Medida Cautelar de sustação de protesto*" por ter recebido notificação, do Cartório de Protesto de Títulos do 1º Ofício da Capital, relativa à suposta duplicata no valor de R\$ 990,33 (novecentos e noventa reais e trinta e três centavos).

Alegou que nada devia à empresa agravada, supostamente credora, pois jamais pactuou qualquer negócio jurídico com a mesma, razão pela qual seria inexistente o débito e descabido, portanto, o protesto.

Naquele processo, a empresa ré aduziu ser juridicamente impossível aquele pleito porquanto já ter, a mesma, solicitado a sustação daquele protesto antes mesmo do ajuizamento da ação cautelar, devendo por isso ser julgada improcedente aquela demanda.

Em sede de sentença, a *Cautelar* fora julgada procedente e a ré condenada ao pagamento da importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos imateriais decorrentes do protesto indevido, além da condenação nas custas processuais.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Após o mantimento da sentença pelo Tribunal, e subsequente trânsito em julgado, o ora agravante requereu o seu cumprimento, e procedeu com a seguinte sucessão de atos:

(I) Requereu a realização da penhora eletrônica por intermédio do BACEN JUD das contas bancárias da ora agravada;

(II) Não obstante deferida, a diligência pleiteada restou inexitosa, motivo pelo qual o exequente pugnou pela suspensão do processo pelo prazo de 30 dias com a finalidade de localizar bens de propriedade da empresa passíveis à penhora;

(III) Em razão de não ter localizado os supramencionados bens, o exequente peticionou a penhora então a penhora da sede onde supostamente se localizava a empresa, porém, no endereço constante na JUCEPE, nada funcionava, razão pela qual pleiteou, por fim, que se aplicasse o instituto da desconsideração da personalidade jurídica da executada e colacionou na sua petição bens de propriedade dos sócios;

O Togado singular, no entanto, por entender ser tal medida desproporcional, indeferiu aludido pleito.

O Agravante apresentou recurso insurgindo-se contra a decisão alegando, em suma, ser possível a aludida *despersonificação* da empresa agravada, que estaria se utilizando de meios ardis para se esquivar do adimplemento de obrigações, tirante o fato de haver fortes indícios de encerramento irregular da empresa, uma vez que – apesar de sua situação na Junta Comercial estar “ATIVA” – a executada não possui qualquer bem em seu nome, nem sua sede pode ser encontrada no endereço indicado.

Intimada para apresentar contrarrazões, a ora agravada não se pronunciou, deixando transcorrer *in albis* o prazo legal.

Como visto, a controvérsia cinge-se à análise dos requisitos objetivos, essenciais à concessão da *desregard theory*, constantes do disposto no art. 50 do novel Código Civil, quais sejam:

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Em linhas gerais, a desconsideração da personalidade jurídica é expediente que permite, diante da ocorrência de fraude ou cometimento de abuso por meio de pessoa jurídica, afastar sua autonomia patrimonial para se responsabilizarem direta e pessoalmente os sócios por uma obrigação que, em origem, era da sociedade.

Em que pese o embate entre as teorias pré-normativistas e as normativistas, é fato que hoje a pessoa jurídica não pode ser concebida apenas como realidade preexistente. Com a constituição da pessoa jurídica, a titularidade das relações negociais passa a ser própria, estabelecendo-se os mais diversos vínculos jurídicos em nome do próprio ente moral. Também no plano processual se percebe o reflexo da personalização, já que a titularidade processual passa a ser da pessoa constituída, e não dos sócios constituidores.

Na realidade, o intuito da separação de patrimônios é o investimento dos sócios na sociedade, pois, estas, conforme muito bem salientado pelo Juízo *a quo*, exercem, de fato, relevante papel para o desenvolvimento de um país.

Por outro lado, tal separação patrimonial pode dar azo a finalidades desviadas, maculada por vícios de conduta, em que um agente mal intencionado, ciente da guarida legal que lhe dada, quanto a sua responsabilidade, passa a atuar de má fé. Daí a possibilidade de impedir o uso da própria lei como lacuna legal para a prática de atos ilícitos, através do instituto da despersonalização.

Nesse contexto, a desconsideração, como dito antes, incide somente quando houver comprovado abuso da personalidade jurídica. Nesse sentido a lição de Rubens Requião, para quem *"a personalidade jurídica não constitui um direito absoluto, mas está sujeita e contida pela teoria da fraude contra credores e pela teoria do abuso de direito"* (in Curso de Direito Comercial, SP, Saraiva, 1985, vol.1, pág. 284).

No caso dos autos, a emissão de títulos de crédito infundados, isto é, oriundos de relação jurídica nunca dantes existente, além do inadimplemento do débito decorrente da condenação a título de danos imateriais e a ausência de bens em nome da empresa me leva a concluir estarem as intenções da executada, ora agravada, um tanto obscuras, e a ausência de funcionamento da empresa em sua própria



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



sede, não obstante constar do seu status a situação "ATIVA", é fato suficiente para se comprovar a sua dissolução irregular.

Por tais motivos, outra medida não resta senão a desconsideração da personalidade jurídica da **Cash Fomento Mercantil Ltda.**, passando, então, a responsabilidade pelos atos praticados aos sócios, a **Sra. Rejane Matos Oliveira** e o **Sr. David Barros de Matos**.

Ante o exposto, com tais considerações que julgo importantes para o momento, **DOU PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo para reformar a decisão agravada e, ato contínuo, dando provimento ao agravo de instrumento para, reformando a decisão de 1º grau, aplicar o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, para que assim se possa dar prosseguimento à execução, no processo subjacente.

É como voto.

Recife, 01 de julho de 2014.


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0014522-33.2013.8.17.0000 (324.303-4)

AGRAVANTE: FLORIDA ALIMENTOS LTDA – SPETTUS BOA VIAGEM

AGRAVADO: VIA CASH FOMENTO MERCANTIL LTDA

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

VOTO VISTA

Utilizo-me do relatório emitido pelo Des. Relator destes autos, acrescentando, tão somente, que os Eminentes componentes dessa Câmara já proferiram seus votos pelo provimento do presente recurso, reformando a decisão de piso, para aplicar o instituto da desconsideração da personalidade jurídica em desfavor da **VIA CASH FOMENTO MERCANTIL LTDA**.

Vindo-me o processo após o pedido de vistas, debruicei-me sobre a matéria exposta nos autos, analisando detalhadamente os hodiernos posicionamentos jurisprudenciais sobre o tema e, com a devida vênia, me vejo obrigado a divergir dos meus Ilustres pares. Explico.

A desconsideração da personalidade jurídica somente deve ser aplicada quando o ente jurídico, constituído, em tese, para a persecução de fins lícitos, passa a adotar práticas condutas viciadas, abusivas ou fraudulentas, portanto, ilícitas, em prejuízo de terceiros, desviando-se dos seus propósitos originais.

A excepcionalidade dessa medida está enraizada na majoritária e atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Nessa sentido:

FALÊNCIA – ARRECADAÇÃO DE BENS PARTICULARES DE SÓCIOS-DIRETORES DE EMPRESA CONTROLADA PELA FALIDA – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (DISREGARD DOCTRINE) – TEORIA MAIOR – NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO ANCORADA EM FRAUDE, ABUSO DE DIREITO OU CONFUSÃO PATRIMONIAL – RECURSO PROVIDO



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica – disregard doctrine –, conquanto encontre amparo no direito positivo brasileiro (art. 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas, art. 28 do Código de Defesa do Consumidor, art. 4º da Lei nº 9.605/1998, art. 50 do CC/2002, entre outros), **deve ser aplicada com cautela, diante da previsão de autonomia e existência de patrimônios distintos entre as pessoas físicas e jurídicas.** **2. A jurisprudência da Corte, em regra, dispensa ação autônoma para se levantar o véu da pessoa jurídica, mas somente em casos de abuso de direito – cujo delineamento conceitual encontra-se no art. 187 do CC/2002 –, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, é que se permite tal providência.** Adota-se, assim, a “teoria maior” acerca da desconsideração da personalidade jurídica, a qual exige a configuração objetiva de tais requisitos para sua configuração. **3. (...). Não há notícia de qualquer indício de fraude, abuso de direito ou confusão patrimonial, circunstância que afasta a possibilidade de superação da pessoa jurídica para atingir os bens particulares dos sócios.** **4. Recurso especial conhecido e provido.** (REsp 693.235/MT, 4ª T., Rel. Min. Luis Felipe Salomão, J. 17.11.2009, DJe 30.11.2009). (grifei).

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL – RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL – INEXISTÊNCIA DE BENS DE PROPRIEDADE DA EMPRESA EXECUTADA – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – INVIABILIDADE – INCIDÊNCIA DO ART. 50 DO CC/2002 – APLICAÇÃO DA TEORIA MAIOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

A mudança de endereço da empresa executada associada à inexistência de bens capazes de satisfazer o crédito pleiteado pelo exequente não constitui motivos suficientes para a desconsideração da sua personalidade jurídica. A regra geral adotada no ordenamento jurídico brasileiro é aquela prevista no art. 50 do CC/2002, que consagra a teoria maior da desconsideração, tanto na sua vertente subjetiva quanto na objetiva. **Salvo em situações excepcionais previstas em leis especiais, somente é possível a desconsideração da personalidade jurídica quando verificado o desvio de finalidade (teoria maior subjetiva da desconsideração), caracterizado pelo ato intencional dos sócios de fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica, ou quando evidenciada a confusão patrimonial (teoria maior objetiva da desconsideração), demonstrada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios.** Recurso especial provido para afastar a desconsideração da personalidade jurídica da recorrente. (REsp 970.635/SP, 3ª T., Relª Min. Nancy Andrighi, J. 10.11.2009, DJe 01.12.2009). (grifei).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ocorre que, conforme bem destacou o magistrado de piso na decisão primeiramente agravada, às fls. 170/171, em suas próprias palavras: “..., **não há absolutamente nada nos autos que demonstre que a pessoa jurídica agiu, em algum momento, com abuso de direito, para fraudar a lei ou prejudicar terceiros**”.

E não há mesmo.

A mera impontualidade do devedor (pessoa jurídica) não é – nem pode ser – suficiente para propiciar a desconsideração da personalidade e da autonomia patrimonial. Com efeito, a intempestividade no adimplemento das obrigações pode dar ensejo a outros consectários (cláusula penal, multa, juros moratórios, correção monetária, sistema de proteção de crédito – SPC, Serasa etc.), mas não a utilização da *disregard doctrine*.

Portanto, o fato da ora recorrida estar inadimplente quanto ao débito decorrente da condenação a título de danos imateriais, ou mesmo de não ter bens em seu nome, não autoriza, por si só, a aplicação da medida excepcionalíssima em discussão.

É o que se extrai dos arestos supra transcritos.

Igualmente, o simples fato da recorrida ter encerrado suas atividades operacionais e, não obstante isto, ainda estar inscrita como ATIVA na Junta Comercial não é, *per si*, indicativo de que tenha dissolvido irregularmente a sociedade, ao contrário do que entendeu o Exmo. Des. Relator – sendo este, talvez, supostamente, o argumento mais sólido do seu *decisum*. Aliás, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que tal circunstância não induz, necessariamente, à presunção de que tenha havido fraude ou má-fé na condução dos negócios da empresa. Vejamos:

COMERCIAL, CIVIL E PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO PADEÇA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. DECLARAÇÃO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE ABUSO. ENCERRAMENTO DE ATIVIDADE SEM BAIXA NA JUNTA COMERCIAL. CIRCUNSTÂNCIA INSUFICIENTE À PRESUNÇÃO DE FRAUDE OU MÁ-FÉ NA CONDUÇÃO DOS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

NEGÓCIOS. ARTS. 592, II E 596 DO CPC. NORMAS EM BRANCO, QUE NÃO DEVEM SER APLICADAS DE FORMA SOLITÁRIA. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. AUSÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO IRREGULAR E DO CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO. SÓCIOS NÃO RESPONDEM PELO PREJUÍZO SOCIAL. PRECEDENTES. - Mesmo se manejados com o intuito de prequestionamento, os embargos declaratórios devem cogitar de alguma hipótese de omissão, contradição ou obscuridade, sob pena de rejeição. - **A excepcional penetração no âmago da pessoa jurídica, com o levantamento do manto que protege essa independência patrimonial, exige a presença do pressuposto específico do abuso da personalidade jurídica, com a finalidade de lesão a direito de terceiro, infração da lei ou descumprimento de contrato. - O simples fato da recorrida ter encerrado suas atividades operacionais e ainda estar inscrita na Junta Comercial não é, por si só, indicativo de que tenha havido fraude ou má-fé na condução dos seus negócios.** - Os arts. 592, II e 596 do CPC, esta Turma já decidiu que tais dispositivos contêm norma em branco, vinculada a outro texto legal, de maneira que não podem - e não devem - ser aplicados de forma solitária. Por isso é que em ambos existe a expressão "nos termos da lei". - Os sócios de empresa constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada não respondem pelos prejuízos sociais, desde que não tenha havido administração irregular e haja integralização do capital social. Recurso especial não conhecido. (REsp 876974/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2007, DJ 27/08/2007, p. 236) (grifei).

Assim, ante todo o exposto, voto pelo não provimento do recurso de agravo, mantendo inalterada a decisão recorrida.

É como voto.

Recife/PE, 03 de Junho de 2014

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL - 22.04.2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 324303-4 – RECIFE

AGRAVANTE: FLORIDA ALIMENTOS LTDA – SPETTUS BOA VIAGEM

AGRAVADO: VIA CASH FOMENTO MERCANTIL LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA

RELATÓRIO E VOTO NOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Peço vista dos autos.

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA

Acompanho Vossa Excelência.

DECISÃO:

"VISTAS AO EXMO. SR. DES. ROBERTO MAIA, APÓS OS VOTOS DOS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES JOSUÉ DE SENA, RELATOR, E STÊNIO NEIVA, VOGAL, DANDO PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL : 03.06.14
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 324.303-4 : 03.06.14
AGRAVANTE : FLORIDA ALIMENTOS LTDA – SPETTUS BOA VIAGEM
AGRAVADO : VIA CASH FOMENTO MERCANTIL LTDA.
RELATOR : DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA

DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA (PRESIDENTE E RELATOR)

Eu ouvi atentamente o voto de Vossa Excelência e queria tão somente pontuar que no meu voto estou pondo em destaque outro fato extremamente grave, que, na verdade, é esse que me levou a votar pela reforma da decisão do Juízo *a quo*. É que esse crédito que está sendo executado, e pelo qual não adimplido pela sociedade jurídica, está se pedindo a desconsideração da personalidade jurídica, decorreu de um ato fraudulento, que foi justamente a emissão de duplicata fria.

Então, todo esse valor que está sendo executado decorre de um ato, e, em tese, foi um ato fraudulento contra terceiro. Os sócios emitiram uma duplicata, foi o que constituiu até uma figura típica penal.

“Nesse contexto, a desconsideração, como dito antes, incide somente quando houver comprovado abuso de personalidade jurídica. Nesse sentido a lição de Rubens Requião, para quem *“a personalidade jurídica não constitui um direito absoluto, mas está sujeita e contida pela teoria da fraude contra credores e pela teoria do abuso de direito”*. No caso dos autos, a emissão de títulos de crédito infundados, isto é, oriundos de relação jurídica nunca dantes existente, além do inadimplemento do débito decorrente da condenação a título de danos imateriais e a ausência de bens em nome da empresa me leva a concluir estarem as intenções da executada, ora agravada, um tanto obscuras, e a ausência de fundamento da empresa em sua própria sede, não obstante constar do seu status a situação “ATIVA”, é fato suficiente para se comprovar a sua dissolução irregular”.

Não sei se o Desembargador Stênio tem alguma... (interrompido)

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA

Eu mantenho o meu entendimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR. VENCIDO O DES. ROBERTO DA SILVA MAIA, QUE NEGA PROVIMENTO AO AGRAVO".

hsk